



Crônica de uma crise anunciada

Marcelo Neri

Após a recessão de 2003, o Brasil passou a apresentar crescimento mais acelerado, superior ao registrado em anos anteriores das chamadas décadas perdidas. Ainda eram inferiores aos dos demais países emergentes, ou em desenvolvimento. O mundo estava numa era de crescimento de ouro. Neste período era comum comparar o desempenho tupiniquim com o do Haiti. Nos anos mais recentes, houve ganho relativo do Brasil frente a outros países no ranking internacional de crescimento do PIB. Em 2007, entre 43 países cobertos nas tabelas encontradas ao fim da revista britânica *The Econo-*

mist, o Brasil ocupava a 30ª posição. No mesmo ranking para 2008, passou a ocupar a 21ª. Projeções divulgadas em fevereiro sobre a taxa de crescimento esperada em 2009 apontam para o 8º lugar — em janeiro, estava no 11º. Subiu mantendo a mesma projeção inicial de crescimento para 2009, ou seja, o Brasil está subindo no ranking, não porque estamos crescendo mais, mas porque estamos conseguindo manter o crescimento ao contrário dos outros países. Mal comparando, é como naquelas corridas memoráveis de Ayrton Senna, ou mesmo mais recente e modestamente do Rubinho Barrichello, o brasileiro parece

por força do hábito andar relativamente melhor que os outros debaixo das chuvas e trovoadas de uma crise internacional.

Nosso estudo lançado em agosto de 2008 revelou a emergência de uma nova classe média no Brasil, acelerada desde 2004. A pujança dos ganhos de renda no período mais recente, como de outros indicadores de ascensão da classe C (casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho), surpreendeu diversos observadores internacionais, pois coincidiu, a partir de junho de 2007, com a ocorrência de choques externos adversos. A frequência e a gravidade destes choques apenas se intensificaram desde

a pesquisa, caracterizando, em setembro de 2008, a entrada em um segundo estágio da crise. Tremores e temores, racionais ou não, foram comparados de maneira recorrente aos do início da Grande Depressão, em 1929, deflagrada após outro colapso do sistema financeiro nos Estados Unidos. Depois de décadas de estagnação, houve a volta do crescimento no Brasil desde 2004 acompanhada de inédita redução de desigualdade a partir de 2001, alçando milhões de indivíduos em direção a estratos econômicos mais altos. Até que ponto o agravamento da crise externa colocou (e colocará) em risco a trajetória de prosperidade dos brasileiros? Será que a crise externa foi além da Bolsa brasileira e já chegou ao bolso do brasileiro? Esta seria na visão dos economistas a parte mais sensível da anatomia humana.

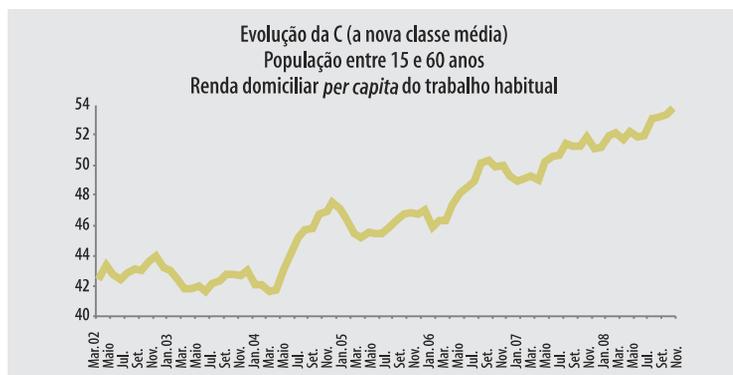
Mobilidade

Buscamos medir os impactos das recentes crises financeiras, e agora reais externas, sobre o lado real da economia brasileira com dados até dezembro de 2008. Mais especificamente, analisamos as consequências dos choques externos sobre os fluxos de renda familiar do trabalho nas áreas metropolitanas traduzidas na composição de estratos econômicos (Classes E até R\$ 800, D até R\$ 1.100, C até R\$ 4.800 e AB). O cerne da pesquisa está na análise dos movimentos das pessoas entre estes diferentes estratos econômicos. Esta análise subsidia a ação da política pública, identificando a extensão dos deslocamentos de renda e de necessidade, ou não, de mudança nos programas públicos nas áreas de transferência de renda (i.e. expansões do Bolsa-Família e dos programas vinculados

Como nos tempos de Senna, andamos melhor que outros países debaixo das chuvas e trovoadas da crise internacional

ao salário mínimo) e de geração de renda (i.e. Programa de Aceleração do Crescimento e políticas de emprego). Esta abordagem também serve as empresas privadas, identificando queda ou expansão do mercado consumidor e de nichos mercado. Senão vejamos: nos últimos anos houve uma melhora no poder de compra dos brasileiros, verificando-se nas grandes metrópoles aumento acumulado desde 2004 das classes C e AB de 26% e 42%, respectivamente, com correspondente redução da participação das classes D e E. Isto foi bem documentado para o quadriênio 2004 a 2007 na nossa pesquisa anterior. A presente investigação estende o período de análise da anterior até o final de 2008, fechando o ano gregoriano das séries de classes de renda. A Classe C — a nova Classe Média emergente — continuou em expan-

Participação da classe C (%)



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

A crise é contraricos: antes dela a cada 100 pessoas que estavam na classe AB, 19 caíam a estratos inferiores, depois dela 25

são de 3,7%, comparando os extremos de 2008 atingindo, em dezembro, 53,8% do total dos brasileiros das seis maiores regiões metropolitanas do país. As classes A e B também ficaram 3,9% maiores no período com queda das classes D e E de -6,8% e 8%, respectivamente.

A partir de setembro de 2008 há aumento da Classe C e redução dos extremos dos estratos sociais. Pessoas que estavam mais no topo da distribuição, estão caindo ou deixando de crescer, mas há continuidade do movimento de ascensão à Classe C (não foi interrompido), acontecendo uma agregação a esse grupo de pessoas vindas da Classe AB, que começou a apresentar um crescimento negativo de -0,65% entre setembro e dezembro de 2008. Ela vinha crescendo muito fortemente e agora perde espaço em termos relativos e absolutos.

O que apresenta continuidade de crescimento é a Classe C, com 1,24% no período, já as classes E e D continuam em queda de -2,51% e -1,23%. Ou seja, há aumento da Classe C e redução dos extremos dos estratos sociais. O movimento de ascensão à Classe C não foi interrompido, pois acontece uma agregação a esse grupo, pessoas vindas da Classe AB.

Complementarmente, traçamos as trajetórias de pessoas de diferentes estratos iniciais traçados a partir de dados que acompanham as mesmas pessoas ao longo do tempo, para avaliar os riscos individuais, quantos mantiveram o mesmo *status* econômico (digamos, permaneceram na classe C) e quantos mudaram de *status* (e para onde foram? de C para E ou de C para A). Esta análise de risco idiossincrático se presta para o desenho de redes de proteção social pública e na provisão de serviços financeiros privados nas áreas de crédito e

seguro. Quem está perdendo mais agora são os que eram inicialmente mais ricos. No período antes do agravamento da crise, 19 pessoas a cada 100 que estavam na Classe AB caíam nos últimos anos para as classes mais baixas, depois da crise este número cai para 25, ou seja, seis pessoas a mais. Há movimento de instabilidade no topo da distribuição de renda. Aí os sinais da crise são mais visíveis. Comparação similar de quem estava inicialmente na Classe C não revela qualquer tipo de alteração nos movimentos de saída das pessoas deste segmento frente aos anos anteriores.

Este efeito da crise contralite se dá pelo tipo de choque experimentado, como é uma crise que lá fora afeta mais os setores exportador, formal, financeiro, imobiliário. Notamos que esses também são os afetados no Brasil — a pesquisa confirma impactos adversos (vide www.fgv.br/cps/crise). Só

Matriz de destinos (quem era classe AB inicialmente)					
Brasil – Seis regiões metropolitanas População entre 15 e 60 anos (PEA) Renda <i>per capita</i> do trabalho habitual					
	Mobilidade anual	Final – Um ano após			
		Classes			
		E	D	C	AB
Inicial	2002	8,50	1,15	25,47	64,88
	2003	5,38	0,75	20,21	73,66
	2004	2,77	0,47	17,06	79,70
	2005	3,16	0,47	16,26	80,11
	2006	2,96	0,39	14,32	82,34
	2007	3,20	0,43	16,93	79,44
	2007 – jan. a set.	2,86	0,37	15,80	80,97
	2007 – out. a dez.	4,20	0,60	20,21	74,99

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE

que são relativamente pequenos em relação ao conjunto da população. Mesmo, a indústria nas metrópoles industrializadas ocupa 12% dos ocupados lá.

Consequências

Os setores de renda mais alta estão mais vinculados aos canais de origem e propagação de impacto da crise, ou seja, os que trabalham nos setores financeiro (ou aqueles que perderam dinheiro no mercado financeiro que os dados não cobrem), industrial ou mineiro exportador. Esses claramente estão perdendo. A boa notícia é que esses setores são menos importantes no Brasil do que em outros países. A economia brasileira é relativamente pouco aberta. Isso não era visto como uma virtude, mas hoje em dia é. A economia brasileira, relativamente fechada e regulada financeiramente, fica mais protegida contra choques financeiros, choques externos, de exportação, etc. O trabalhador comum está mais protegido do que o ocupado em setores modernos. O fator fundamental é a pujança do mercado interno. O mercado interno continua aquecido e isso vai fazer a diferença.

Caminho

Nossa política pública, nunca se caracterizou por liberal de fazer reformas, mas respeita

as regras de mercado. Os Consensos de Brasília sempre diferiram dos de Washington em grau, mas por outro lado Lula não é Hugo Chávez. O Brasil vem seguindo um caminho do meio. Esse caminho do meio se encaixa bem na crise atual. O país está conseguindo nessa trilha um desempenho relativamente melhor do que outros países. Em economias abertas, os choques são mais fortes. Estamos numa situação que é relativamente mais confortável em épocas de choques externos adversos.

O Brasil dispõe de mais instrumentos de política pública à disposição que outros países. Por exemplo, o Bolsa-Família que atinge hoje quase um quarto da população brasileira e chega aos de menor renda que consomem boa parte da renda deles poupando quase nada. Ou seja, você tem um efeito duplo: é bom em termos equitativos e é bom em termos de aquecimento de demanda. O aumento do salário mínimo não tem o mesmo efeito na base da distribuição, aumenta a rigidez trabalhista, mas possui um efeito direto sobre demanda pelas vias dos programas sociais a ele vinculados. O Brasil tem esses instrumentos de injeção de demanda que operam rapidamente, dependendo de decisões administrativas diretas. Estamos longe dos pisos das armadilhas de liquidez e da fiscal. O próprio

Descobrimos o que não sabíamos, compramos nos anos anteriores um bilhete premiado, não de loteria, mas de seguro

PAC, que não fazia muito sentido em 2007 como um plano de aquecimento da economia, já que estávamos no chamado apagão de mão-de-obra. Hoje em dia, o PAC é visto como uma espécie de *New Deal* de Roosevelt, valorizado numa época em que as comparações com a Grande Depressão americana começam a se tornar lugar comum. O Brasil criou um *New Deal* antes que o risco de depressão fosse sequer anunciado. Àqueles que achavam que o país estava com sorte antes, pelo crescimento da economia mundial, eu diria que sorte nós temos agora. É como se descobríssemos o que não sabíamos, compramos nos anos anteriores um bilhete premiado, não de loteria, mas de seguro. 

Economista-Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE/FGV
(mcneri@fgv.br)